Antônio Conselheiro e o Centenário de Canudos

Fernando Câmara

A Bahia e o Ceará estão comemorando neste 1993 o centenário da fundação de Canudos e evocando de modo especial a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel, que se imortalizou com o nome de Antônio Conselheiro, podendo ser considerado hoje o pioneiro da experiência de vida comunitária no Brasil.

Quixeramobim, sua terra natal, não poderia olvidar tão importante efeméride e a Federação das Associações Comunitárias tendo à frente a sua abnegada Presidente, Maria José Damasceno, organizou uma vasta programação cultural para se aprofundar na história de tão discutida figura, cuja atuação teve grande repercussão no cenário nacional, em sua época, chegando até mesmo a abalar a estrutura da recém-proclamada república.

Antes de penetrar em sua vida, gostaria de me aprofundar um pouco na história de seu clã – Os Maciéis – família modesta e sem grande projeção social, mas honrada e trabalhadora, estabelecida nos sertões de Quixeramobim, Boa Viagem e Tamboril.

Aliás, devo confessar existir um parentesco meu, embora distante, com a discutida personagem de Canudos: a minha quarta avô materna, Ana Maria da Costa, que se casou na Igreja Matriz desta cidade no dia 8 de janeiro de 1778 com o coronel Antônio Bezerra de Souza Menezes, o famoso revolucionário da Confederação do Equador, era tia-avó de Antônio Conselheiro.

Nos mesmos sertões onde residiam os Maciéis encontrava-se também radicada uma família de destacada projeção – os Araújos – integrantes da aristocracia rural daqueles recuados tempos, sendo possuidora de numerosas fazendas e grandes boiadas, detentora do poder em seu meio e à qual não se submetiam os Maciéis.

Havia, assim, um ambiente tenso entre os dois clãs que veio a precipitar-se em guerra declarada, quando em 1833, os Maciéis foram acusados de roubos sofridos por Silvestre Veras, aparentado dos Araújos.

Os Maciéis protestaram solenemente afirmando serem pobres

mas honestos e revidaram dizendo: se houver roubo o ladrão deveria ser procurado no seio da família Araújo onde era comum até mesmo os filhos roubarem de seus próprios pais.

A reação dos Araújos foi imediata, iniciando-se logo uma verdadeira guerra de extermínio dos Maciéis, que se refugiaram em Quixeramobim e onde no primeiro tiroteio, morreram dois de seus mais importantes líderes: Manuel Carlos Maciel e Antônio Maciel, escapando da chacina Miguel Carlos, todos filhos do patriarca Miguel Carlos Maciel.

Exercia o cargo de 1° juiz de Direito da Comarca de Quixeramobim o Dr. José Antônio Pereira Ibiapina, que mais tarde abraçou a vida eclesiástica e como missionário deixou nome em todo o nordeste brasileiro estando o seu nome agora sendo proposto para os altares.

Ibiapina era simpático à causa dos Maciéis e tentou mesmo dissuadir o patriarca Miguel Carlos de vingança. Se tivesse permanecido na comarca certamente teria apaziguado as duas famílias.

Foi, porém, substituído no cargo pelo juiz leigo Antônio Duarte de Queirós, parente dos Araújos, que iniciou nova perseguição aos Maciéis.

O PAI DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

O patriarca Miguel Carlos Maciel tinha também um filho natural de nome Vicente Mendes Maciel que vivia modestamente em uma das propriedades da família e depois de assistir à morte de vários familiares resolveu vir morar na então Vila de Campo Maior de Quixeramobim.

Estabelecendo-se nesta cidade com uma casa comercial, embora fosse analfabeto, sabia porém fazer contas e quando viajava sozinho para o Aracati, onde adquiria mercadorias para o seu estabelecimento, fixava previamente o valor das compras, e após escolher a quantidade desejada, dizia para o caxeiro: basta. Sem diferença de um real havia calculado exatamente a importância estipulada.

O jornalista João Brígido dos Santos, que morou em nossa cidade pelos idos de 1840, retrata da seguinte maneira o pai de Antônio Conselheiro:

"um bonito homem, a tez ligeiramente morena, vigoroso e inteligente mas retraído, taciturno, mau e perigosamente desconfiado, bem que muito cortez, obsequioso e honrado. Tinha momentos terríveis de coléra se tocava no álcool. Em um desses momentos deu tantas facadas na mulher que esteve sacramentada."

Vicente Mendes Maciel casou-se duas vezes, sendo a primeira com Maria Joaquina de Jesus, também conhecida por Maria Joaquina do Nascimento, com quem vivia maritalmente até contrair núpcias "in artículo mortis" no dia 31 de agosto de 1834, quando a esposa encontrava-se às portas da morte.

Antes de contrair essas núpcias tiveram três filhos:

1°) – Antônio Vicente Mendes Maciel (o discutido Antônio Conselheiro), nascido em 13 de março de 1830, conforme assentamento existente no livro de Batizados n° 11, página 121 v, desta paróquia;

2°) – Maria Francisca, nascida em 9 de junho de 1831, conforme assentamento existente no mesmo livro n° 11, página 284 v;

3°) – Francisca Maria, nascida em 8 de junho de 1833, conforme assentamento existente no livro de Batizados n° 12, página 75 v, desta paróquia.

Falecendo a sua primeira esposa, Vicente Mendes Maciel volta a contrair novas núpcias no dia 20 de fevereiro de 1836 com Francisca Maria Conceição, também conhecida por Francisca Maria Maciel, e de cuja união conjugal nasceram duas filhas: Dorotéia e Rufina.

Todas as quatro irmãs de Antônio Conselheiro se casaram, mas só Francisca Maria deixou descendência de seu enlace-matrimonial com Lourenço Correia Lima: um casal de filhos: Maria, casada com joão Barbosa Lima, residentes na fazenda Casinhas, e Amâncio Maciel, emigrado para o Amazonas.

Vicente Mendes Maciel, com o lucro de seus negócios comerciais, construiu três casas nesta cidade, sendo duas na quadra do Cotovelo, e mais tarde pertencentes aos coronéis João Paulino de Barros Leal e Teófilo dos Santos Lessa; a terceira ficava na rua Santo Antônio, hoje rua Cônego Aureliano Mota, e posteriormente

adquirida pelo coronel Francisco Ivo de Oliveira e Silva, meu tio-bisavô, e hoje pertencente aos herdeiros de Acrísio da Silva Tavares.

Possuía, ainda, a casa onde residia e comercializava, hoje propriedade do comerciante Luís Costa.

Veio a falecer no dia 5 de abril de 1855 e foi sepultado na capela do Senhor do Bonfim, nesta cidade.

A INFÂNCIA E MOCIDADE DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

Antônio Vicente Mendes Maciel, primogênito de Vicente Mendes Maciel e de sua primeira esposa Maria Joaquina, nasceu, como já disse, no dia 13 de março de 1830, conforme atesta o seu batistério existente no livro de batizados nº 11, pág. 121 v. da paróquia de Quixeramobim:

> *"Aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e trinta batizei e pus os Santos Óleos nesta matriz de Quixeramobim ao párvulo Antônio, nascido aos treze de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria Joaquina; foram padrinhos Gonçalo Nunes Leitão Júnior e Maria Francisca de Paula; do que para constar fiz este termo em que assinei. O vigário Domingos Álvares Vieira."*

Os pais de Antônio Conselheiro viviam maritalmente e por este motivo não figura no batistério o nome de seu genitor Vicente Mendes Maciel, o qual, só veio mesmo a se casar com Maria Joaquina quando ela estava para morrer.

A madrinha, Maria Francisca de Paula, é a famosa Marica Lessa, personagem principal do romance "Dona Guidinha do poço", de escritor cearense Manuel de Oliveira Paiva.

Antônio Vicente teve em sua primeira infância como cenário a guerra entre os dois clãs vendo a família de seu pai sendo exterminada pelos poderosos Araújos, detentores do poder econômico e político da região centro do Ceará.

Órfão de mãe aos seis anos de idade, a sua madrasta era uma mulher geniosa que lhe maltratava constatemente e quando brigava com o marido vingava-se nos enteados, chamando o garoto de mandrião e sem-vergonha.

Seu pai, porém, não deixou de encaminhá-lo aos estudos e ele, muito cedo, aprendeu a ler e a escrever. Com o professor público Manuel Antônio Ferreira Nobre estudou português, aritmética, latim e francês.

A sua letra, segura e perfeita, causaria admiração, muitas décadas depois, a Gustavo Barroso, quando este nesta cidade, em 1955, no bicentenário de nossa paróquia que assim classificou: "normal, serena, límpida e de pessoa letrada."

Em sua adolescência foi caixeiro no estabelecimento comercial de seu pai revelando-se um rapaz bom, religioso, amigo das crianças e respeitoso com os mais velhos. Sofria muito com os desentendimentos entre o seu pai e a madrasta Francisca Maria.

"Consideravam-no a pérola de Quixeramobim, por ser um moço sério, trabalhador, honesto e religioso." diz a seu respeito o professor Abelardo Montenegro, em sua obra "Antônio Conselheiro", página 11.

Divertia-se pouco, mas gostava de banhar-se nas cheias do rio Quixeramobim e em seus poços.

O jornalista João Brígido dos Santos, um de seus companheiros de folguedo, fez a seguinte revelação em seu livro – "O Ceará – Lado Cômico", página 10:

> *"Nessas vadiações salvei da morte a quatro companheiros: o atual escrivão capitão Antero, José Raimundo Façanha Filho, meu irmão Guilherme e Antônio Conselheiro. Este salvou-se ao meu pescoço, apanhado comigo, por uma tarrafa num poço estreito e profundíssimo."*

O capitão Antero Aprígio de Albuquerque Lima, avô do ex-tabelião Antero de Albuquerque, disse em certa ocasião ao meu pai, Miguel Fenelon Câmara, que o acontecimento se verificara de maneira diferente: ele é que salvara a vida de João Brígido, Antônio Conselheiro e os outros companheiros.

A leitura sempre foi um dos seus passatempos preferidos e entre os livros de sua predileção figuram: **Lumário Perpétuo, Princesa Magalona, As guerras do Imperador Carlos Magno, Horas Marianas** e outros de cunho religioso que circulavam em nossos sertões.

Em 1867 foi editado o livro **Missão Abreviada**, de autoria do Padre Gonçalo Couto, uma coletânea de meditações e instruções extraídas dos evangelhos, principalmente da paixão de Cristo, acompanhada de um resumo da vida de alguns santos.

Esta obra teria mais tarde grande repercussão em sua vida e dela Antônio Conselheiro se serviria para as suas prédicas em sua peregrinação pelo Nordeste brasileiro.

Em 5 de abril de 1885 falece o seu pai Vicente Mendes Maciel, e no ano seguinte a sua madrasta, sendo ambos sepultados na capela do Senhor do Bonfim, ainda hoje existente em nossa cidade.

Antônio Vicente, como era conhecido em Quixeramobim, assume a direção dos negócios e a guarda das irmãs. Começa a negociar com o capital de 223$934 correspondente ao seu quinhão de herança e mais 2.963$750 em mercadorias. Tem ainda o crédito dos comerciantes de Aracatí onde seu pai se fornecia.

Não tem porém vocação para o comércio. Os negócios não aumentam e as dívidas crescem dia a dia sendo obrigado a hipotecar uma casa para garantia de um débito de dois contos de réis ao comerciante de Aracati, Manuel Francisco da Cunha.

Em 7 de janeiro de 1857 une-se em casamento a Brasilina Laurentina de Lima, conforme assentamento existente no livro de casamento nº. 5, folhas 327 v e 328:

> *"Aos sete do mês de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e seta, nesta matriz de Quixeramobim, pelas oito horas da noite, depois de preenchidas as formalidades de direito, assisti a receberem-se em matrimônio e dei as bençãos aos meus paroquianos Antônio Vicente Mendes Maciel e Brasilina Laurentina de Lima, naturais e moradores desta freguesia de Quixeramobim, esta filha natural de Francisca Tereza de Lima, e aquele filho legítimo de Vicente Maciel e de Maria Joaquina do Nascimento, ambos falecidos, sendo dispensados do impedimento do terceiro grau atingente ao segundo de consaguinidade lateral de sinal; foram testemunhas José Raimundo Façanha e Pedro José de Matos; do que para constar mandei fazer este termo que assino. O vigário interino: José Jacinto Bezerra".*

A situação de sua firma continua de mal a pior, e naquele mesmo ano de seu casamento, ou seja, no dia 3 de setembro de 1857,

ele vende ao coronel Antônio Rodrigues da Silva e Sousa, meu terceiro avô paterno, a própria casa de morada e comércio, pela quantia de 2.223$000, retirando-se da cidade para a localidade de Tigre, neste município, onde abria uma escola para lecionar português, aritmética e geografia.

O magistério não correspondeu aos seus planos e ele resolve viajar para Tamboril onde procura ajuda do prestigioso político Tenente Coronel Joaquim José de Castro. Este o encaminha para Campo Grande, hoje Guaraciaba do Norte, recomendando-o ao major Domingos Carlos de Sabóia que o admite como caxeiro em seu estabelecimento comercial.

Ali a sua esposa Brasilina Laurentina dava-lhe o primeiro filho.

Fechando o estabelecimento em suas atividades comerciais, Antônio Vicente Mendes Maciel passa a militar no foro da comarca como advogado provisionado, enfrentando dificuldades financeiras, quando a sua esposa tem o segundo filho.

Sendo Ipu um centro mais progressista, resolveu mudar-se para esta cidade, ali continuando a trabalhar como advogado provisionado, fazendo de graça o acompanhamento de seus processos.

Decepciona-se com a falta de imparcialidade de certos magistrados e mais tarde, em uma de suas prédicas, faz o seguinte desabafo:

> *"O que mais estranha e tomara que se emendasse, é o que hoje vejo tão praticado no mundo, vem a ser: uns certos juizes com capa de virtude, os quais muitas vezes tiram a justiça a quem tem, para darem a quem não tem. Ação digna de um grande castigo e repreensão, tanto pela ofensa a Deus como ao próximo."*

Esta sua reconhecida opção pelos pobres lhe traz grandes privações econômicas e sérias dificuldades para sobrevivência de sua família motivando até mesmo conflitos com a esposa Brasilina Laurentina.

Ela, na realidade, uma jovem de uns vinte anos, alta, magra, de cor branca, cabelos pretos, rosto oval, nariz afilado, olhos grandes, pretos e vivos, era uma mulher bonita e prazenteira, diz Abelardo Montenegro em seu livro "Antônio Conselheiro", página 13.

Em Ipu, tornou-se amigo de um furriel que frequentava a sua

casa e algum tempo depois, desconfiou que a sua esposa mantinha relações sexuais com o mesmo. Um dia flagrou os dois em pleno adultério e abandonou imediatamente a esposa, rumando então para a fazenda Santo Amaro, em Tamboril, pertencente ao major José Gonçalves Veras, descendente dos assassinos de seus antepassados. Isto revela que ele não guardava rancores dos Araújos. Ali dedicou-se ao magistério.

Esteve também por dois anos em Santa Quitéria, onde teve uma aventura com uma mulher mística, conhecida por Joana Imaginária, que lhe deu um filho de nome Joaquim Aprígio.

Enquanto isto, sua esposa, abandonada pelo furriel, prostituiu-se, terminando os seus dias vivendo de caridade pública em Sobral.

Em 1871 é processado por uma dívida em Quixeramobim, pelo comendador José Nogueira de Amorim Garcia, e mesmo recebendo a notificação não compareceu ao forum sendo condenado à revelia, ele que vendera tudo para honrar o nome de seu pai.

Convencia-se de que não tinha mais condições de morar no Ceará e retirando-se para Pernambuco, percorre algumas cidades do Cariri tendo contato com missões do famoso Padre Ibiapina que fora juiz de Direito de Quixeramobim, amigo de sua família, e depois abraçara a vida eclesiástica.

Este missionário tinha uma oratória vibrante, suas prédicas eram ouvidas por grandes multidões e sua missão evangélica consistia também em construir igrejas, comitérios, açudes e casas de caridade.

O povo tratava-o como santo e a fama de seus milagres repercutia em todo Nordeste brasileiro.

A atuação de Ibiapina exerceu influência decisiva na vida de Antônio Vicente Mendes Maciel que a partir deste momento resolveu assumir por conta própria as características específicas de seu apostolado e naquele ano de 1873 abandona o Ceará.

O MÍSTICO

Antônio Conselheiro, como passou a ser conhecido pelos seus seguidores, deixa a barba e os cabelos crescerem, troca as suas vestes por um hábito, tipo camisolão, e passa a usar um pesado cajado.

Com este novo visual ele inicia a sua peregrinação pelos sertões nordestinos, começando por Pernambuco.

Várias cidades pernambucas são visitadas e suas prédicas versavam sobre o amor ao próximo, a solidariedade que deveria existir entre as pessoas, as injustiças sociais, e o cumprimento dos mandamentos da lei de Deus. Condenava sistematicamente a riqueza e o luxo e dizia mesmo que o apego aos bens materiais era incompatível com a ética cristã.

Dos sertões pernambucanos ele passa por Sergipe, já acompanhado dos primeiros seguidores, um dos quais conduzia um modesto oratório com a imagem do Crucificado.

De Sergipe vai para a Bahia onde obrigava as mulheres a cortarem os cabelos e a queimarem seus objetos de luxo.

Em sua peregrinação religiosa observava constantemente a situação em que se encontrava a religião católica: paróquias praticamente abandonadas pelos vigários que levavam uma vida dissoluta, igrejas em precárias condições de conservação e o povo sentindo a falta da palavra de Deus.

A sua linguagem ao alcance das multidões sertanejas, aliada a uma vida de mortificação e pobreza, concorria para o êxito de sua missão.

Em várias paróquias teve permissão de seus vigários para pregar no púlpito de suas igrejas e restaurar os seus templos. Construía também cemitérios, seguindo o exemplo de Ibiapina.

O seu raio de ação foi crescendo e aumentando dia a dia o número de seguidores que o acompanhavam em suas peregrinações despertando por outro lado a atenção das autoridades baianas e do próprio clero.

Este via o prestígio dele crescer entre as massas enquanto os seus vigários eram preteridos agora pela figura mística de Antônio Conselheiro.

Em 1876 foi denunciado às autoridades baianas pelo vigário de Itapecuru, sendo preso e remetido para Salvador, onde o chefe de polícia, João Bernardo de Magalhães, o encaminha ao seu colega do Ceará dizendo em ofício de 5 de junho:

"Antônio, em suas prédicas, plantava o derespeito ao vigário daquela freguesia. Pedia para não deixar Antônio voltar à Bahia, mesmo que não fosse criminoso, pois a volta dele traria certamente resultados desagradáveis pela exaltação em que ficaram os espíritos dos fanáticos, com a prissão de seu ídolo."

A imprensa baiana protesta contra a deportação e o jornal conservador, Diário da Bahia, edição de 7 de junho de 1876, faz o seguinte questionamento:

"É de crer que para fazê-lo (a deportação) tenha a polícia alguma requisição da autoridade daquela província: do contrário seria uma violência que afinal equivaleria a uma deportação para a qual não julgamos autorizado o Sr. Chefe de Polícia."

Em 15 de julho o chefe de polícia do Ceará, Dr. Vicente de Paula Teles, comunica ao Juiz de Quixeramobim a prissão de Antônio Conselheiro e o remete para esta cidade.

Aqui chegando as autoridades nada encontraram que justificasse a sua prissão e por ordem do Juiz Alfredo Alves Mateus foi posto em liberdade.

Antes de retornar à Bahia encontrou-se ocasionalmente em Fortaleza com o jornalista João Brígido dos Santos, seu companheiro de infância em Quixeramobim, com quem mantém o seguinte diálogo:

– E agora, Maciel, para onde vai?

– Cumprir um voto a São Francisco que fiz na Bahia.

– Mas, aqui? pergunta João Brígido.

– Não. Nos sertões de Canindé. Depois seguirei para onde me chamam os mal-aventurados.

Despedia-se depois de João Brígido, pagava a promessa em Canindé e retornava à Bahia para nunca mais voltar ao Ceará.

Ali foi recebido triunfalmente pelas populações humildes e relata Euclides da Cunha que a data de seu regresso coincidiu com o dia que havia prefixado quando de sua prisão e isto passou a ser considerado um milagre pelos seus seguidores.

Reinicia imediatamente as suas peregrinações, agora com a proibição do Arcebispo da Bahia de pregar em suas igrejas.

Os seus seguidores protestam e argumentam: não vão deixar de acompanharem o peregrino para obedecerem a padres dissolutos, sem obediência ao celibato e morando descaradamente com as suas amantes.

O seu retorno é comentado na imprensa baiana e o JORNAL DE NOTÍCIAS faz a seguinte observação:

> *"Com a prisão de Conselheiro reentrou a população no labor costumeiro, quando algum tempo depois reaparece inesperadamente este indivíduo. Então atuou com maior intensidade o jogo do fanatismo, e Antônio Conselheiro já não era um penitente, era um enviado de Deus, o próprio Deus."*

Em 1877 já é notícia nacional. Euclides da Cunha registra o seu aparecimento na FOLHINHA LAEMMERT, anuário de grande circulação e prestígio na capital do Império, que ressalta o prestígio de Conselheiro entre os humildes.

> *"Apareceu nos sertões do norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares. Vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões. Movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando a seu modo."*

O COMBATE À REPÚBLICA

Antônio Conselheiro sempre combateu em suas prédicas o novo sistema de governo republicano que considerava ilegal, passando até mesmo a estimular a desobediência civil.

Julgava a recém-proclamada república como perseguidora da Igreja já que abolira a religião católica como oficial e dera a liberdade de cultos no Brasil.

Não permitia que o dinheiro republicano circulasse em Canudos e dizia que a proclamação da república fora um ato de vingança dos escravocratas contra a família real, por causa da libertação dos escravos.

Admirador da princesa Isabel são dele estas palavras dirigidas aos senhores das casas grandes de engenhos:

"É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, porque sua alteza a senhora D. Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem dos céus; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano."

Quando o novo governo tratou de implantar o serviço de estatística para conhecer o perfil econômico da população ele insurge-se contra essa iniciativa e declara:

"que a república não só queria acabar com a religião como escravizar de novo todo aquele que fosse religioso, por isso manda saber a religião de cada um."

Mas o que motivou mesmo o início da perseguição a Antônio Conselheiro e mais tarde o total extermínio de Canudos, embora a duras penas, foi quando ele se declarou contra a cobrança de impostos em Bom Conselho, reunindo o povo em praça pública e mandando queimar os editais de intimação.

O pânico tomou conta da cidade e de Salvador partiu um contingente bem armado sob o comando do tenente Virgílio de Almeida que enfrenta os fanáticos entre os povoados de Tucano e Cumbe.

Euclides da Cunha relata o acontecimento da seguinte maneira:

"As trinta praças, bem armadas, atacaram impetuosamente a turba de penintentes depauperados, certos de os destroçarem à primeira descarga. Deram, porém, de frente, com os jagunços destemerosos.

Foram inteiramente desbaratados, precipitando-se em fuga, de que fora o primeiro a dar exemplo o próprio comandante."

O desbaratamento deste contingente policial não intimidou o governo baiano, o qual, atendendo veemente apelo do Dr. Arlindo Leoni, juiz de direito de Juazeiro, envia força federal requisitada ao general chefe do 3° Distrito Militar, composta de cem praças e sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira.

Esta se desloca para aquela cidade onde permanece alguns dias em preparativos militares e segue depois para Uauá, sendo ali atacada de madrugada pelos fanáticos, os quais, mesmo perdendo 150 homens, impõe fragorosa derrota, obrigando-os a se retirarem para Juazeiro.

Durante este acontecimento encontrava-se ali um emissário do padre Cícero Romão Batista, conhecido pelo nome de Herculano, que convidado por Antônio Conselheiro foi assistir o combate.

Depois de presenciar a derrota das forças governistas, Herculano despede-se do Conselheiro e recebe deste o seguinte recado:

> *"Conte ao padre o que viu. Ainda vai haver três fogos. Ele também terá o seu foguinho. Só não será federal como o meu, mas estadual."*

Antônio Conselheiro vaticinava assim, as três expedições federais que ainda iria enfrentar num futuro próximo, comandadas pelo major Febrônio de Brito, coronel Moreira Cesar e general Artur Oscar.

A notícia da derrota governista se propaga imediatamente, causando grande euforia e contentamento no seio das populações rurais, crescendo ainda mais o carisma do místico de Canudos.

A FUNDAÇÃO DE CANUDOS

Antônio Conselheiro compreendendo que as duas vitórias obtidas sobre as forças governamentais não significavam ter a guerra se acabado, pois outras forças com maior número de soldados viriam para combatê-lo até a vitória final. Sentiu necessidade de escolher um local para melhor se defender, e ao mesmo tempo, instalar a sua comunidade itinerante.

Era imprescindível que o lugar escolhido fosse em uma região capaz de fornecer a um só tempo condições seguras para se defender do ataque de seus inimigos, acesso fácil para outras comunidades, para eventual abastecimento de gêneros alimentícios e água, além da facilidade de comunicação, para dar continuidade às suas pregações religiosas.

A escolha recaiu em Canudos, uma grande propriedade abandonada desde 1891 e pertencente a D. Mariana Fiel de Carvalho.

Ficava à margem do Vasa-Barris, sendo entrecortada por vários afluentes deste rio, e ali se encontravam as estradas de Geremoabo, Uauá, Cambaio, Rosário, Chorrochó e Curais dos Bois, sendo ainda, ponto de pernoite de comboieiros.

Sob o ponto de vista estratégico estava situada em região privilegiada, pois oferecia tanto condições de ataque como de defesa.

A peculiaridade do terreno, envolto de altas serras e colinas separadas por profundos vales e desfiladeiros, apresentava uma defesa natural e segura para os seus habitantes.

Ninguém poderia chegar ao arraial de Canudos sem ser obrigado a penetrar em grandes e acidentados vales e desfiladeiros, armadilhas quase fatais para quem desconhecesse as artimanhas e peculiaridades do terreno.

A vegetação, por sua vez, constituía um forte aliado para os moradores da região.

Estes, peritos conhecedores da flora, usavam roupas apropriadas, tecidas em couro, se protegiam dos amolados espinhos e cipoais.

O mesmo não aconteceria mais tarde, com a soldadesca, quando, na menor tentativa de embrenhar-se nos matos, tinham logo os seus corpos dilacerados por afiados espinhos e outros suplícios.

Escolhido este local para lá dirige-se Antônio Conselheiro em junho de 1893, acompanhado de uma seiscentas pessoas, sendo a maioria de mulheres.

Convoca o povo, em nome de Deus, para construir a cidade santa e ali se concentram os mais diversos tipos de raças: o pardo, o negro, o tapuio domesticado, o mulato, o cabra e o branco.

A notícia de sua fixação em Canudos espalhou-se pelos sertões vizinhos e uma verdadeira avalanche de homens, mulheres e crianças abandonam as suas choupanas em busca de melhores dias e da salvação eterna naquela comunidade.

Após sua chegada, Antônio Conselheiro começa a organizar a estrutura da nova cidade, fundando logo a guarda católica, também conhecida por Companhia de Jesus, responsável por sua segurança e defesa da comunidade, cuja chefia é entregue a um fanático conhecido por João Abade.

Este passa a controlar todas as atividades de Canudos e dali ninguém entra ou sai sem a sua autorização.

É também constituída uma elite de doze pessoas, da sua absoluta confiança e que formava o seu conselho político, tornando-se conhecidas depois como os "Doze Apóstolos".

O jornal DIÁRIO DA BAHIA, edição de 12 de dezembro de 1895, descreve uma das visitas de Antônio Conselheiro à cidade de Bom Conselho, acompanhado destes seus apóstolos e outros seguidores:

> *"densa nuvem de poeira, a primeira composta de 12 homens vestidos de camisola azul no centro da qual destacava-se um vulto de cor macilenta, barba longa e grisalha, cabelos compridos e esparsos em desalinho sobre os ombros, vestido de uma túnica branca segurando um bastão, que lhe servia de arrimo aos vacilantes passos. Os 12 homens vestidos de camisola azul, atada à cinta por um grosso e comprido cordão arrematado por duas bolas, tendo sobre a cabeça um gorro da mesma cor, são os de sua maior confiança, e por isso tem a denominação de apóstolos e como tais são tidos e havidos."*

O impacto de Canudos sobre as demais regiões era crescente e dentro de alguns meses, num raio de cem quilômetros, as vilas e povoados iam ficando desertas com a emigração de seus habitantes para a nova Canaã.

É de Euclides da Cunha o seguinte relato:

> *"Chegavam (diariamente) sucessivas caravanas de fiéis. Vinham de todos os ponto, carregando os haveres todos, e, transpostas as últimas voltas do caminho, quando divisavam o campanário humilde da antiga capela caiam genuflexos sobre o chão aspérrimo. Estavam atingindo o termo da romaria. Estavam salvos da pavorosa hecatombe, que vaticinavam as profecias do evangelizador. Pisavam, afinal, a terra da promissão – Canaãn sagrada que o bom Jesus isolara do resto do mundo por uma cintura de serras."*

Os recém-chegados passavam por uma triagem feita pela guarda católica e após a constatação de que não se tratavam de maçons, republicanos, protestantes e nem agentes espiões do governo, recebiam terras para desenvolverem a agricultura, e lotes de terrenos

para construção de suas casas, em locais estratégicos onde pudessem se defender de qualquer ataque do inimigo.

Uma vez aceitos em Canudos, cabia aos novos habitantes abrirem mão da parte de seus bens materais em favor da comunidade, da qual passavam a fazer parte e que lhes proporcionava a assistência necessária.

À exceção dos enfermos e incapacitados, todos eram obrigados a trabalhar na área que lhe aprouvesse: agricultura, pecuária, artesanato, comércio e indústria de couros, pois segundo depoimento do Dr. César Zama, médico e político baiano "aquela povoação proporcionava pingues fontes de receitas do imposto de exportação de peles."

O jornal O Estado de São Paulo, edição de 13 de agosto de 1897, fez a seguinte observação sobre a situação econômica do povoado:

> *"Canudos relativamente é um dos territorios mais povoados da Bahia, nas suas cercanias, as roças, pastos e lavouras são a perder de vista. Encontram-se engenhocas e casas de farinha em grande quantidade.*
>
> *Praticamente toda a área agricultável era trabalhada pelas margens do rio Vasa-Barris, existiam dezenas de cortumes de couros de bode, produto de grande aceitação no mercado europeu."*

Sob a orientação de Antônio Conselheiro e de seus apóstolos, Canudos desenvolvia-se: não faltava gado em seus açougues, e os paióis continham provisões para manter tranquilamente a sua comunidade. As roças sempre produzindo e se aumentando constantemente as suas áreas.

Nem sempre durante a guerra elas foram abandonadas. Revezavam-se os seus responsáveis.

Cada família tinha o direito de conservar a sua criação e o seu roçado.

Havia uma espécie de vale impresso que circulava no arraial e tinha franca aceitação nas localidades vizinhas. Não se permitia a venda de cachaça e quando se descobria ladrões na comunidade, eram presos e entregues às autoridades baianas.

Conselheiro vivia modestamente. Passava horas em recolhimento e alimentava-se frugalmente. Às vezes apresentava-se como um homem simpático e bem humorado, mas falava pouco fora de suas prédicas, preferindo usar muitas vezes gestos em vez de palavras.

Dormia em cama de varas tendo como colchão uma esteira de palhas e usava cobertor de lã fina. Por baixo da sotaina usava camisa e ceroula de algodãozinho. O cabelo à nazareno era aparado aos sábados.

Possuía apenas um cavalo para as suas peregrinações e quando recebia esmolas para a igreja e para si próprio, separava-as escrupulosamente, distribuindo as que lhe eram destinadas aos cegos e aleijados.

Tentativa de paz

Tentando agora uma solução pacífica, o governador da Bahia, Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, de comum acordo com o Arcebispo, D. Jerônimo Thomé da Silva, este, por sinal, cearense de Sobral, enviam a Canudos o capuchinho italiano, frei João Evangelista de Monte Marciano, com a incubência de pregar uma missão religiosa naquele arraial e apelar também aos seguidores de Antônio Conselheiro para que retornassem aos seus lares e cidades de origem.

O frade inicia as suas pregações com ameaças e admoestações, não tendo a necessária habilidade ou diplomacia para conduzir a missão religiosa. Os fanáticos se rebelam mais de uma vez, e o próprio Conselheiro é que intervém para serenar os ânimos.

Aborrecido, o capuchinho encerra inesperadamente a santa missão e retorna a Salvador apresentando depois um relatório de suas atividades, estimulando praticamente a intervenção armada.

A Guerra e o fim de Canudos

Não comportando a primitiva igreja de Canudos o número de fiéis Antônio Conselheiro inicia a construção de um novo templo com capacidade de abrigar sua comunidade cada dia mais numerosa.

Encomendou em Juzeiro a madeira necessária para a sua cobertura ao coronel João Evangelista Pereira de Melo, o qual, mesmo recebendo o pagamento antecipado, não cumpriu o contrato e nem devolveu a importância recebida.

Conselheiro ameaça ir arrebatar a madeira de qualquer maneira e a cidade é tomada de pânico diante da ameaça de sua ocupação pelos seguidores do místico de Canudos.

Pressionado pelo povo, autoridades civis e eclesiásticas, o governador da Bahia aciona o governo federal que envia uma expedição composta de 543 praças, 14 oficiais 3 médicos sob o comando do major Febrônio de Brito.

A expedição é derrotada, depois de três combates, retornando para Monte Santo, onde os soldados chegam em péssimas condições: famintos e esfarrapados.

A vitória de Conselheiro leva ao entusiasmo e até mesmo ao delírio as populações rurais aumentando cada vez mais o número de seus adeptos, dispostos a darem a própria vida pelo místico de Canudos.

Alcides do Amaral Borges, comissário em Pombal, em ofício dirigido ao chefe de polícia da Bahia, afirmava que dezenas de homens partiam daquele município e de outros vizinhos para Canudos alegando que "iam para lá cortar soldados."

Depois deste insucesso uma nova expedição é organizada e embarcada no Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1897, chefiada pelo coronel Moreira César, antigo comandante do Colégio Militar e do qual fora seu aluno, o cadete José Bougival Saraiva Leão, meu avô paterno.

Dele dizia este meu avô: "um homem rígido, de olhar fuzilante e de pouca conversa."

Sua tropa compunha-se de 1.300 soldados, fortemente armados e dotados da mais moderna artilharia da época.

Subestimou porém o valor dos fanáticos e confiante nisto, ordenou um ataque suicida a Canudos que lhe custara a própria vida e punha a sua tropa em completa debandada. Na ânsia de

se salvarem da jagunçada os soldados abandonam até mesmo o cadáver de seu comandante.

O seu substituto, coronel Tamarindo, foi derrubado da montaria por uma bala e morre logo depois.

Estabelece-se o pânico e a tropa ao abandonar o campo de luta, deixa praticamente todo o grosso do armamento em poder dos conselheiristas, os quais, até então, vinham lutando em forma de guerrilhas com as mais primitivas armas: espingardas ("Picapaus", foices, terçados e outros armamentos rudimentares.)

A notícia desta fragorosa derrota apavorou as autoridades federais que viam no acontecimento um desafio dos antigos monarquistas ao novo sistema de governo vigente no país.

Estava em jogo a própria estabilidades da República e necessário se fazia a organização de uma super expedição para exterminar de vez o foco de Canudos.

São convocados batalhões militares do Pará, Maranhão, Piaui, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraiba, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul para integrarem a maior expedição, composta de mais de cinco mil soldados.

Posteriormente outras brigadas são incorporadas à expedição e no total mais de oito mil soldados participaram deste teatro de guerra.

Se não fosse o armamento apreendido da expedição Moreira Cecar, que deixou bem municiados os fanáticos de Antônio Conselheiro, o governo federal teria derrotado facilmente os defensores de Canudos.

A longa e decisiva batalha teve início em 25 de junho de 1897 e se prolongou até o dia 5 de outubro daquele mesmo ano quando foram mortos os quatro últimos defensores de Canudos.

Revestiu-se dos mais bárbaros atos de crueldade praticados contra os partidários de Antônio Conselheiro, sendo os prisioneiros geralmente degolados a sangue frio, depois de serem obrigados a darem vivas à república.

Euclides da Cunha narra a história de um cabo Miquelino,

conhecido na tropa por "degolador", o qual, após a campanha, o remorso convulsionara de tal modo o seu espírito, que se viu forçado a buscar no álcool a tranquilidade da consciência.

Protestando contra estes excessos os acadêmicos de Direito da faculdade da Bahia lançaram um manifesto à nação, considerando crime a jugulação dos conselheiristas.

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo", diz Euclides da Cunha em seu livro, Os Sertões.

Antônio Conselheiro já havia falecido alguns dias antes, vítima de uma desinteria intestinal, sendo posteriormente o seu corpo exumado, a cabeça decepada e conduzida para Salvador.

Estava consolidada a vitória do regime republicano, que até hoje não conseguiu acabar com a corrupção em nosso país e nem mesmo extinguir a inflação galopante que sufoca o povo brasileiro.

Um século da instalação de Canudos decorreu em junho passado e somente agora tenta-se reabilitar a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel, o pioneiro da vida comunitária, que pregava a paz e o amor ao próximo, e, se reagiu ao governo, foi em defesa dos menos favorecidos.

Finalizando este pronunciamento, faço também minhas as palavras proferidas na Assembléia Legislativa baiana, pelo médico, intelectual e deputado, Dr. César Zama, única voz a protestar naquele distante 1897, contra o massacre de Canudos:

> *"Nada de extraordinário se passava com relação a Antônio Conselheiro e aqueles que o acompanhavam. Ninguém ignorava que gênero de vida levavam os canudenses: plantavam, colhiam, criavam, edificavam e rezavam.*
>
> *Rudes, ignorantes, fanáticos talvez pelo seu chefe, que reputavam como um santo, não se preocupavam absolutamente com política; era mais que normal o que se passava na Bahia: uma povoação de mais de vinte mil almas defendia o seu direito de vida e propriedade contra o governo audaz, prepotente e sem noção de seus deveres.*
>
> *A história dirá mais tarde com a imparcialidade e justi-*

ça que são o seu apanágio, quais os bandidos – se os degoladores ou os degolados; se os incendiários ou os incendiados"

(Palestra pronunciada na Federação das Associações Comunitárias de Quixeramobim, no dia 22 de outubro de 1993, durante a 1ª semana comunitária em homenagem ao centenário de instalação de Canudos.)